



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA NA
PERSPECTIVA TRANSDISCIPLINAR**

CHARRIDY MAX FONTES PINTO

PROCESSO DE INCLUSÃO NO IFAL/CAMPUS MACEIÓ: relato de
experiência da criação de protocolo de atendimento para alunos com
deficiência

Maceió-AL
2024

CHARRIDY MAX FONTES PINTO

PROCESSO DE INCLUSÃO NO IFAL/CAMPUS MACEIÓ:
relato de experiência da criação de protocolo de atendimento
para alunos com deficiência

Artigo científico apresentado como exigência parcial para a conclusão do Curso de Especialização em Educação Especial e Inclusiva na Perspectiva Transdisciplinar, do Centro de Educação da Universidade Federal de Alagoas.

Orientador: Prof. Dr. Luis Paulo Mercado

Maceió-AL
2024

CHARRIDY MAX FONTES PINTO

O PROCESSO DE INCLUSÃO NO IFAL/CAMPUS MACEIÓ: RELATO DE EXPERIÊNCIA DA CRIAÇÃO DE UM PROTOCOLO DE ATENDIMENTO PARA ALUNOS COM DEFICIÊNCIA

Artigo científico apresentado como exigência parcial para a conclusão do Curso de Especialização em Educação Especial e Inclusiva na Perspectiva Transdisciplinar, do Centro de Educação da Universidade Federal de Alagoas.

Artigo Científico defendido e aprovado em 19 de Outubro de 2024.

Orientador: Prof. Dr. Luís Paulo Leopoldo Mercado

BANCA EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente
 **LUIS PAULO LEOPOLDO MERCADO**
Data: 19/10/2024 07:37:47-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Luís Paulo Leopoldo Mercado – Orientador

Examinador 1

Documento assinado digitalmente
 **WEIDER ALBERTO COSTA SANTOS**
Data: 19/10/2024 16:35:46-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Ms. Weider Alberto Costa Santos

Examinador 2

Documento assinado digitalmente
 **ESMERALDA CARDOSO DE MELO MOURA**
Data: 20/10/2024 11:12:11-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Ms. Esmeralda Cardoso de Melo Moura

Examinadora 3

Maceió-AL
2024

PROCESSO DE INCLUSÃO NO IFAL/CAMPUS MACEIÓ: relato de experiência da criação de protocolo de atendimento para alunos com deficiência

Charridy Max Fontes Pinto - charridy.pinto@fale.ufal.br

Resumo

O presente trabalho, de caráter de relato de experiência visa expor o protocolo de atendimento aos alunos com deficiência que ingressam no Instituto Federal de Alagoas (IFAL)/campus Maceió, como forma de se ter uma melhor receptividade a esses alunos e suas famílias. Visa criar um rito de atendimento, além de dinamizar a acolhida ao aluno e estabelecer um fluxograma de suporte que acompanhe o aluno durante a sua passagem pelo campus garantindo o seu ingresso, a sua permanência e o seu êxito. O protocolo proposto, além de dar segurança, assegura a instauração de uma rede de proteção ao aluno com deficiência articulando setores da pedagogia, da psicologia e da assistência social dentre outros como forma de diminuir a evasão/desistência desses alunos que em sua grande maioria vem de famílias de vulnerabilidade social. A metodologia adotada envolveu relato de experiência na qual se observa a relação direta do mundo real e o sujeito. Os resultados apontam que o protocolo de atendimento preveniu a ações de intervenção para o fracasso e diagnosticou com antecedência empreendimentos didático-pedagógicos personalizados ao aluno com deficiência aumentando o quantitativo de alunos aprovados para o ano seguinte.

Palavras-chave: inclusão. aluno com deficiência. protocolo de atendimento

1 Introdução

A educação inclusiva, apesar de ser uma proposta antiga para os sistemas de ensino estadual e municipal, no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas (IFAL) é relativamente recente sendo instituído em 2014.

A proposta de inserção de alunos com deficiência no Brasil surge a partir da Conferência Mundial de Educação Especial em 1994, quando foi proclamada a Declaração de Salamanca da qual o Brasil é signatário. Dois anos após, em 1996, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBNEN/96), norteou as tratativas de ingresso dos alunos com deficiência nas escolas públicas e privadas. Após esse marco legislativo, várias discussões em diferentes espaços visavam aprimorar a legislação da época e com isso diversos adendos e leis vieram para contribuir com esse aprimoramento para o atendimento desses alunos. É com essas discussões

que a escolarização de alunos com deficiência se consolida no decorrer dos anos 2000, período este em que se denomina e é implantada a política da educação inclusiva.

Os sistemas de educação estaduais e municipais são pioneiros na implantação da política da educação inclusiva com registros de matrículas, espaços multidisciplinares, profissionais e professores especializados. Na rede federal de ensino, leia-se universidades e institutos, essa política de educação inclusiva chega de forma tardia partir da publicação do Decreto nº 7611/2011 após uma série de encontros, de discussões e de grupos de trabalhos. Considerando que a forma de ingresso dessas instituições é via processo seletivo, que por longo tempo sem acessibilidade, a reprovação em massa dos candidatos com deficiência também contribuiu para o atraso da inclusão na rede federal de ensino.

Como forma de dinamizar o atendimento ao aluno com deficiência ingressante no IFAL/campus Maceió torna-se essencial a criação de um protocolo de atendimento que siga o aluno no decorrer de sua formação acadêmica atendendo a tríade institucional: ingresso, permanência e êxito.

Diante disso, o presente trabalho justifica-se pela sua importância em se ter fluxograma de atendimento ao aluno e entender sua completude visando identificar quais recursos em inclusão e acessibilidade pedagógica a instituição disporá para que a formação desse aluno seja significativa.

A motivação para tal discussão surgiu da seguinte indagação: a instituição de um protocolo de atendimento é viável para a promoção da acessibilidade e inclusão para os alunos com deficiência no IFAL/campus Maceió? Partimos da hipótese de que de que protocolos de atendimentos são ações de intervenções eficazes para a promoção da acessibilidade e inclusão.

Assim, o presente trabalho tem por objetivo geral validar a instauração de um protocolo de atendimento aos alunos com deficiência, especificamente, levantar informação dos partícipes do processo de inclusão; checar os métodos e recursos aplicados à inclusão; compreender o processo de entrada e permanência; construir procedimentos de serviço e acompanhamento ao aluno com deficiência

O estudo se justifica como uma prática exitosa que possa ser replicada em outras instituições de ensino como mecanismo de antecipação a chegada efetiva do

aluno, preparação do ambiente e a diminuição do tempo de resposta as suas necessidades.

2 Procedimentos Metodológicos

A ideia de se construir um protocolo de atendimento surge em 2019 quando a entrada de alunos com deficiência novatos era feita por análise de histórico e dentro de uma cota de entrada para alunos que cursassem 100% dos seus estudos em escola públicas. Isso aumentou a entrada de alunos com deficiência a ponto de o setor responsável por implantar ações de acessibilidade e inclusão não saber em quais salas esses alunos estariam, quem são eles e quais suas deficiências dentre outros dados.

O IFAL/campus Maceió, o maior e mais antigo dos campi da instituição, é uma instituição centenária, a qual abriga vinte e quatro (24) cursos alocados em quatro modalidades de ensino (médio, subsequente, superior e especialização), comportando mais de 5.000 (cinco mil) alunos oriundos tanto da capital quanto do interior.

O processo de acessibilidade e inclusão no IFAL/campus Maceió é novo e apesar do quantitativo de alunos, a parcela de alunos com deficiência corresponde a apenas 1% (um por cento) do total de alunos. Acredita-se que esse baixo percentual seja consequência da falta de divulgação/marketing mais eficiente da instituição.

Ainda que com esse baixo número de alunos com deficiência ingressantes, o Núcleo de Apoio aos Alunos com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNE), setor responsável pela implantações de ações e políticas em acessibilidade e inclusão no âmbito do campus, não dispunha de mecanismos de antecipação a chegada desses alunos em sala de aula, restando-lhe a sinalização ou queixas de determinados alunos que “apresentavam dificuldades de aprendizagem” por parte dos professores. Assim, as ações de inclusão e acessibilidade pedagógicas eram aplicadas tardiamente comprometendo a eficácia das ações implementadas, o rendimento do aluno e na pior das hipóteses a retenção do aluno. Outrossim, casos de alunos com deficiência que passaram despercebidos pelo setor os quais não receberam nenhum suporte em acessibilidade e inclusão e que abandonaram os estudos ou que solicitaram transferência haja vista a ausência de adaptação.

A necessidade de se criar um mecanismo que antecipasse a chegada dos alunos com deficiência a sala de aula tornou-se urgente dentro de um quadro de alunos os quais o fracasso se tornava iminente.

Esse mecanismo deveria nos dizer quem eram os alunos, quais as suas limitações, qual curso de ingresso, de quais recursos em tecnologia assistiva (TA) e/ou profissional especializado ele iria fazer uso, qual modalidade de ensino e a história de vida escolar e contexto social. De posse dessas informações, seria possível traçar, previamente, as ações de inclusão e acessibilidade para esses alunos.

Com os dados obtidos, ações de intervenção junto aos alunos e aos professores eram traçados e sintetizados em três linhas de frente: a família, o aluno e o professor.

O público-alvo são alunos com deficiência, transtornos e altas habilidade independente da modalidade da entrada (ampla concorrência ou via cota pessoa com deficiência (cota PcD)) ou de qualquer outro critério.

Definido o público-alvo, o protocolo de atendimento se inicia no momento em que o IFAL lança o edital de seleção do processo seletivo para alunos ingressantes para o ensino médio integrado ao ensino profissionalizante.

Uma vez lançado o edital, a equipe do NAPNE inicia a fase 1 do protocolo que é o monitoramento de todas as etapas do processo: inscrição, inscrições homologadas, realização das provas, resultado definitivo dos aprovados e a última e mais importante, a efetivação da matrícula.

Realizada a matrícula o candidato é oficialmente aluno do IFAL. A partir daí se inicia a fase 2 do protocolo: as ações de intervenção. O setor encaminha uma notificação para a Coordenação dos NAPNEs/Reitoria (CONapne) comunicando da entrada de mais um aluno com deficiência a fim de, a posteriori, o CONapne possa incluir mais profissionais no orçamento destinado a contratação bem como prestar suporte técnico caso seja necessário. Ao mesmo tempo, uma notificação também é enviada para o coordenador do curso o qual o aluno foi aprovado.

Em seguida, é realizado contato telefônico com os responsáveis pelo aluno caso ele seja menor de idade ou diretamente com ele caso seja maior de idade. Esse primeiro contato tem por finalidade agendar uma escuta com a família a fim de se ter mais informações sobre o aluno. Esse diálogo é feito ou com a psicopedagoga

ou com o professor de Atendimento Educacional Especializado (AEE). Através de instrumentos de coleta de dados como formulários e testes, podemos compreender o histórico de vida escolar do aluno, seu contexto familiar, seu quadro clínico, sua autonomia, suas vulnerabilidades (social ou insegurança alimentar objetivando incluí-lo em programas de assistência estudantil) e principalmente, que recursos acessíveis ou que profissionais especializados esse aluno utilizará.

Findada a anamnese, é agendada uma reunião com a coordenação do curso com a intenção de ratificar a presença do aluno em sala de aula e quais instrumentos ele fará uso. É responsabilidade do coordenador do curso reforçar junto aos professores a presença do aluno com deficiência bem como intermediar com o NAPNE o momento de formação com os professores.

A próxima ação é o momento de preparar a turma para a chegada do aluno com deficiência. Assim, é agendado um dia em que a equipe do NAPNE juntamente com a pedagoga do campus vai para a sala de aula sem a presença do aluno para sensibilizar os colegas de turma a fim de se evitar bullying, estereótipos, manguação, zoação e toda e qualquer forma de discriminação ou preconceito com o aluno com deficiência. Na ocasião são utilizados vídeos, textos e histórias que tratam dos temas citados a pouco.

Logo após, o momento com os professores. Devido a experiências negativas, o momento com os professores é individual e não mais em grupo como era feito. Percebemos que o diálogo individual com os professores se tem mais sucesso nas práticas em sala de aula e na aceitação do professor frente a esse novo desafio. A psicopedagoga ou o professor do AEE marcam um encontro no Campus com o professor e na oportunidade lhe é entregue um documento contendo os dados básicos do aluno, os procedimentos para uma didática acessível e inclusiva, métodos para atividades avaliativas adaptadas, recursos em TA que o aluno possa usar ou profissional especializado inserido em sala de aula ou fora dela como intérprete de Libras, apoio de sala e/ou transcritor de braille. Ao final da formação individual com o professor, ele assina o documento atestando ter recebido a capacitação e se comprometendo a realizar as adaptações necessárias para o aprendizado e rendimento do aluno com deficiência. A partir desse momento, o psicopedagogo ou o professor de AEE manterá contato e suporte em tempo integral ao professor.

Esse momento de capacitação individual do professor gera um certificado de 3h (três horas) para o mesmo que poderá ser utilizado na sua planilha de progressão docente. Após algumas investidas administrativas do setor junto a Comissão de Permanente de Pessoal Docente (CPPD/Reitoria) o certificado do NAPNE tem uma pontuação diferenciada no fator IV da planilha. Tal iniciativa visa captar mais professores em receber a “visita” do profissional do NAPNE.

Concluído os trabalhos junto à família, à coordenação do curso, aos colegas de turmas e os professores, é iniciada a etapa 3 que consiste no acompanhamento em tempo integral aos alunos com deficiência e professores. Esse acompanhamento visa monitorar a ambientação do aluno, as adaptações didático-pedagógico e os instrumentos avaliativos visando o melhoramento de um destes pontos ou a sua manutenção.

Destacamos que os dados dos alunos são restritos ao setor e aos departamentos que atuam de forma articulada com o NAPNE. Destaca-se o fato de que no momento do diálogo com a família, estas assinam um termo autorização o uso de imagem e som , bem como a formalização do a ajuda do NAPNE haja vista termos alunos com deficiência que não aceitam nossas intervenções.

3 Fundamentação Teórica

A Educação Inclusiva já faz parte do cotidiano escolar do país. A quantidade de instrumentos normativos que garantem o acesso aos sistemas de ensino público e privado são vastos e bastantes abrangentes, contemplando uma gama das mais variadas deficiências e transtornos/distúrbios.

O processo de acessibilidade e inclusão no IFAL/Campus Maceió se inicia, em 2014, com a publicação da Resolução nº 45/Cs de 22 de dezembro de 2014, na qual faz surgir o NAPNE. Considerando que esse processo de acessibilidade e inclusão em outros institutos federais se iniciou um pouco antes, podemos considerar que o IFAL foi um dos últimos a adotar tal processo.

Essa resolução garante que as atividades do NAPNE sejam desenvolvidas no âmbito do ensino, da pesquisa e da extensão como forma de contemplar a presença dos alunos com necessidades específicas (PNE) nesses espaços.

Para isso, as ações do NAPNE devem garantir que o processo de entrada, de permanência e de conclusão sejam os mais inclusivos e acessíveis possíveis a fim de que esses alunos com deficiência logrem êxito ao final do curso.

Com a finalidade de assegurar um trânsito confortável para esses alunos com deficiência, o IFAL/campus Maceió precisará desenvolver ações de recepção/acolhida a esses alunos, considerando que diferente das redes de ensino estaduais e municipais, o aluno com deficiência para ingressar no IFAL deve se submeter a um processo seletivo que consiste na resolução de uma prova objetiva composta de 40 questões que englobam Português, Matemática, História e Geografia.

Assim, o processo de inclusão no IFAL/campus Maceió é pensado de acordo com Pinheiro e Martins (2022, p. 16) quando afirmam que “a inclusão escolar é um conceito relacionado às oportunidades de aprendizagem e persistência dos cidadãos nas escolas. Tem como principal objetivo tornar a educação mais inclusiva e popular e respeitar as diferenças e particularidades de todas as pessoas”.

Assim, em um pensamento mais amplo, garantir que a diversidade das pessoas sejam respeitadas e consideradas no processo de ensino e aprendizagem é condição primária, o ponto de partida para o duo acessibilidade e inclusão.

Também comungando com Monteiro *et al* (2020, p. 4) quando estes colocam que “a participação do estudante durante o acolhimento possibilitará interações sociais entre o estudante e a instituição, que irá conhecê-lo a partir do olhar desse sujeito, o que implica a reflexão e revisão de suas práticas educativas, vindo contribuir para a construção de um novo paradigma”. Isto posto, saber receber o aluno antes e durante todo o processo de aprendizado deste, garantirá confiança e credibilidade mútua para o aluno com deficiência e para a instituição.

Ainda de acordo com Uchoa (2014, p. 234) “acolhimento de boas vindas de um(a) aluno(a) com deficiência na escola refere-se às relações interpessoais dentro da própria escola. Na interação com pessoas com deficiências e na percepção do outro diferente, é necessário um esforço para transformar-se em razão desse outro.” Diante disso, tentar compreender ou ocupar o lugar do outro, é uma tarefa difícil mas necessária a fim de conhecer as reais demandas e sentimentos do aluno com deficiência.

Diante da abordagem sobre a acolhida a esse aluno com deficiência ingressante no IFAL/campus Maceió, é de suma importância que essa acolhida seja estruturada, institucionalizada, sistematizada e contínua. Não se faz uma acolhida de qualquer jeito.

Antes, deve-se pensar naqueles que são partícipes neste processo, a saber: a instituição, o aluno com deficiência, a família, os professores e os colegas de turma. Insto posto, o papel do gestor enquanto instituição. Para Cavalcante (2014, p. 1018),

tem grande importância na escola sendo necessário que ele busque sua atuação baseada na diversidade. Em consequência da liderança que exerce, todos que compõem este ambiente estarão se espelhando em suas ações, neste sentido deve ser o primeiro a ter consciência da importância da escola inclusiva implementando práticas que favoreçam este princípio, dando a escola unidade, e não atribuir dois espaços: um de ensino regular e um de educação especial. Concebendo-o como um todo e não compartimentado. Neste cenário, a escola torna-se responsável por todos educandos, e não apenas por alunos regulares ou os ditos “especiais”, integrando-os ao trabalho com especialistas e toda a equipe.

Acompanhamos o pensamento de Cavalcante (2014), pois acreditamos que a instituição na pessoa do gestor, e para essa pesquisa o gestor a inclusão é o NAPNE, considerando que este é o gestor legal do processo de acessibilidade e inclusão, é incumbido de uma responsabilidade imensa afinal é dele que partirá as ações de intervenção do processo de acessibilidade e de inclusão deste aluno. Sem gestão em inclusão, sem inclusão.

Isto porque a escola inclusiva precisa ser viva, não constando esse direito apenas no papel, mas de forma ativa, respeitando os limites, as possibilidades e as especificidades de cada comprometimento compreendendo o aluno pne e sua relação com a escola. Para isso, a escola deve estar preparada considerando a “formação dos professores e de toda a equipe escolar, assim como deve rever suas estruturas, organização, acessibilidade, Projeto Político-Pedagógico (PPP), recursos didáticos, metodologias e estratégias de ensino, e inclusive práticas avaliativas, com o intuito de aprimorar as possibilidades de aprendizagem de todos os estudantes” (Santos *et al.* 2022, p. 60). Nesse contexto de suportes para o aluno, um fator torna-se extremamente importante: a família.

Sobre a família, ponto bastante consolidado no processo de ensino de qualquer aluno, esta torna-se bastante significativa pois quando ela está presente, a militância pelos direitos e deveres torna-se presente. Para Silva e Almeida (s/d)

a família é de fundamental e importante nesse processo, pois é a base de segurança e autoconfiança do aluno com necessidades especiais. A relação proporciona uma mentalidade menos preconceituosa e mais afetiva por parte da família. Ainda sobre a relação os alunos se tornam mais confiantes para desenvolver suas habilidades e construir sua personalidade. O que é fundamental para socialização e exercício da cidadania.

A família é uma aliada durante todo o processo de inclusão dando suporte logístico, emocional e protetor. Alunos com deficiência que tem uma família ativa na escola tendem a ter resultados melhores das que não tem a participação da família.

Porém, em muitas situações, a família é resumida na figura da mãe, já que está matem uma relação afetiva mais forte com o aluno com deficiência. Isto porque de acordo com Paniagua (2004, p.330) “ter um filho é um dos acontecimentos mais vitais para a vida do ser humano”, em especial para a mãe. Assim, esta é vista com maior frequência na escola em detrimento aos demais membros do seio familiar. Um outro partícipe neste processo e tão importante quanto a família é o professor.

O professor é figura central neste processo de inclusão e acessibilidade, e ainda, ponto-chave no decurso da aprendizagem dos alunos. Muito além de preparar aulas, o professor deve propiciar um ambiente seguro e acessível que vise garantir o acesso ao conteúdo, ao conhecimento. Para fora das quatro paredes da sala de aula, o professor deve conforme coloca Oliveira *et al* (s.d) “procurar novas posturas e habilidades que permitam compreender e intervir nas diferentes situações que se deparam, além de auxiliarem na construção de uma proposta inclusiva, fazendo com que haja mudanças significativas pautadas nas possibilidades e com uma visão positiva das pessoas com necessidades especiais”. Nesse sentido, a prática docente inclusiva deve estar presente em toda a escola e não apenas em sala de aula.

Interessante destacar que cabe ao professor buscar aprimorar sua prática frente a diversidade de comprometimentos que possa advir em sala de aula. Sabemos que os cursos de licenciaturas dificilmente ofertam disciplinas que trabalham a pedagogia inclusiva o que requer do professor esforços para aprofundar

suas práticas com cursos de formação continuada. Brito e Teixeira (2020, p.726) sugerem que

A formação continuada na perspectiva inclusiva, é muito mais do que uma capacitação. Ela é constituída como de extrema importância para a prática pedagógica inclusiva. Seu interesse é de adquirir reflexão e buscar novos saberes, analisar o cotidiano escolar e buscar através dessas formações estratégias e movimentos para mudar o que não está dando certo na sala de aula.

A busca pelo aperfeiçoamento é constante. Um professor comprometido não deve se resguardar apenas na sua formação inicial. Dada a diversidade dos alunos e dos mais variados comprometimentos, buscar atender minimamente a esse aluno atípico é uma condição para qualquer professor inclusivo. Se o professor tem que ser trabalho neste processo de inclusão, o que dizer dos colegas de sala!?

Mudam os professores mas os amigos de sala de aula são os mesmos. A estes também resguardam a responsabilidade de garantir o processo inclusivo. Constituir vínculos de amizade saudáveis é importante em sala de aula inclusiva haja vista que os jovens se agrupam a partir de suas afinidades. E como garantir ao aluno com deficiência que ele seja “aceito” pelos grupos?

A escola deve promover momentos de sensibilização e socialização como forma de preparar o ambiente para a acolhida deste aluno com deficiência. Assim, “o paradigma da construção de sistemas educacionais inclusivos em desenvolvimento, requer relações interpessoais que sejam eficientemente acolhedoras para todos, ou seja, que atendam às necessidades educacionais de todos, inclusive dos que apresentam necessidades educacionais especiais” (Carvalho e Colombani, 2017, p. 614).

Compreendendo o processo de inclusão destes alunos com deficiência, a escola deve atentar para cada elemento ativo deste processo e os colegas de sala não devem ser esquecidos. Considerando que alunos com deficiência já se sentem esquecidos de tudo e de todos, proporcionar o mínimo de acesso ao conhecimento e o mínimo de afetividade já são sinais de que estamos mudando.

4. Resultados

A manutenção das ações de intervenção com o objetivo de promover um itinerário tranquilo, confortável e com significado no processo de aprendizagem e

formação técnica do aluno com deficiência partindo do protocolo de atendimento tem surtido resultados expressivos.

O NAPNE atende alunos com autismo, baixa visão, cegueira, dislexia, discalculia, disortografia, deficiência intelectual, físico, surdez, síndrome de williams, síndrome de down, TDAH, transtorno e distúrbios de diversas ordens.

Desde a implantação do protocolo de atendimento, registamos mais de trinta (30) alunos com deficiência aprovados nos mais variados cursos e modalidades de ensino. Do universo de 43 (quarenta e três) alunos, 70% (setenta por cento) foram aprovados. Destes, 5 (cinco) concluíram o curso e 25 (vinte e cinco) foram aprovados para as series subsequentes. Os 30% (trinta por cento) compreendem alunos desistentes, transferidos e reprovados (apenas 4 alunos reprovados)

Os números mostram a eficiência e a eficácia de se ter um atendimento sistemático e institucionalizado o qual atende o aluno com deficiência de forma “personalizada” e dentro das particularidades do aluno com deficiência.

Aqui, destacamos a importâncias de três (3) principais ações: (a) a contemplação do alunos com deficiência com vulnerabilidade social ou insegurança alimentar haja vista que a inclusão desses alunos nos programas de auxílio estudantil do instituto se caracteriza como de superação da pobreza e da desigualdade social vivenciada pelos estudantes e seus familiares além contribuir para o sucesso acadêmico sob o viés uma assistência estudantil ampla e diversificada visando atender cada estudante em sua demanda específica (Silva e Araújo, 2019). (b) o diálogo constante com os docentes visando diminuir o tempo de resposta a alguma dificuldade apresentada pelo professor e/ou o aluno. Esse diálogo além de identificar possíveis melhoras no suporte ao professor também impulsiona a afetividade do professor junto processo de inclusão e a aceitação do aluno já que a

afetividade entre professor e aluno ultrapassa as quatro paredes de uma sala de aula quando efetivada. Essa relação não só existirá na escola, mas servirá de impulso para relações extraescolares, permitindo que o sujeito se compreenda e seja compreendido como ser humano, desenvolvendo acima de tudo a sua autonomia e formação de caráter (Regadas, 2022, p. 20)

E por fim, (c) a atuação dos profissionais especializados. Não há como incluir um aluno com deficiência sem o suporte de profissionais especializados aptos para

dar apoio didático-pedagógico ao processo de aprendizagem. Para Oliveira e Gomes (2020, p. 417) o profissional especializado está “[...] garantindo a participação em todas as atividades escolares, suprimindo as suas necessidades básicas e funcionais, sem prejuízos, constrangimentos ou exposições.” Sendo esta uma premissa basilar, o NAPNE compreende essa importância e dentro de suas atribuições legais luta junto as instâncias superiores pela contratação de profissionais especializados para compor seu quadro de colaboradores.

Ainda assim, com todos os benefícios que o protocolo de atendimento proporciona na recepção e monitoramento do aluno com deficiência, ainda encontramos desafios a serem vencidos como: (i) o alto número de disciplinas a serem cursadas pelos alunos com deficiência que ultrapassa 12 (doze) disciplinas, (ii) a ausência de um calendário de provas, isto é, cada professor agenda a sua prova, que muitas vezes, nos pega de surpresa e atrapalha a logística de atendimentos para esses momentos, e (iii) uma minoria de professores que ainda resistem ao processo de inclusão.

É em cima desses desafios que serão concentradas as futuras ações, priorizando respeitando o tempo de integralização, a articulação das ações com os setores parceiros e as limitações do setor.

5 Considerações Finais

O protocolo de atendimento é uma ação permanente, que gera resultados significativos para o processo de inclusão de acessibilidade para todos os alunos ingressantes no IFAL/campus Maceió, o que já é considerado uma ação exitosa e como tal, pode ser replicada e adaptada a realidade de cada instituição.

Não obstante, a cada aluno com deficiência novato o protocolo pode ser modificado e flexibilizado mediante a conjuntura política, a gestão maior do campus e a alguma deficiência com a qual ainda não tivemos experiência.

Proporcionar segurança e ambiente inclusivo é mais que uma responsabilidade, é respeitar a dignidade humana da pessoa com deficiência que por anos lhe foi negada nos espaços educacionais.

Promover com este trabalho a difusão de práticas exitosas que possam ser adotadas sistemicamente bem como contribuir para os estudos em Educação Inclusiva.

Referências

BRASIL. **Decreto nº 7611/2011** disponível em <https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/financiamento/fundeb/legislacao/2011/decreto-no-7611-de-17-de-novembro-de-2011>, aceso em 23 set 2024.

BRITO, Jaine da Silva; TEIXEIRA, Verônica Rejane Lima. Educação inclusiva e o papel do professor. **718 Id on Line Rev. Mult. Psic.** v.14, n. 52, p. 718-728, Outubro/2020 - ISSN 1981-1179 Edição eletrônica em <http://idonline.emnuvens.com.br/id>.

CARVALHO. Alonso Bezerra de; COLOMBANI, Fabiola. A amizade na sala de aula e a educação inclusiva: reflexões filosóficas. **Revista Educação Especial**, vol. 30, n. 59, p. 603-614, 2017. Universidade Federal de Santa Maria.

CAVALCANTI. Ademilson Vedovato. O papel do gestor escolar no processo de inclusão. **Colloquium Humanarum**, vol. 11, n. Especial, jul–dez, 2014, p.1014-1021. DOI:10.5747/ch.2014.v11.nesp.000632.

MONTEIRO. Cátia Maria Alves; PITT. Henrique e PLÁCIDO. Reginaldo Leandro. **Acolher para incluir: o acolhimento como prática na cultura escolar inclusiva. Metodologias e aprendizados. Vol 1.** Disponível em: <https://publicacoes.ifc.edu.br/index.php/metapre/article/view/1099/933>, Acesso em 29 abr 2024.

OLIVEIRA, Fabiola Rolim; ARAÚJO, Michel Douglas Batista de; SILVA, José Lindemberg Bernardo da. **O papel do professor na Educação Inclusiva. Disponível em:** https://www.editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2019/TRABALHO_EV127_M_D1_SA10_ID9047_28092019222226.pdf , Acesso em 14 maio 2024.

OLIVEIRA, F. A.; GOMES, A. L. L. Profissionais de apoio em sala de aula comum: reflexões sobre concepções e práticas no contexto escolar. **Revista Educação e Cultura Contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 50, p. 396-420, 2020.

PANIAGUA, Gema. As famílias de crianças com necessidades educativas especiais. In: COLL, C.; MARCHESI, Álvaro; PALACIOS, Jesus. (Orgs.). **Desenvolvimento Psicológico e Educação: transtornos de desenvolvimento e necessidades educativas especiais**, v. 3. Porto Alegre: Artmed, 2004, p. 330-346.

PINHEIRO. Tereza Alice de Sousa; MARTINS. Educação Inclusiva: os desafios do acolhimento na escola municipal ACRE, na cidade de Porto Grande, **Amapá. Programa Nacional de Formação de Professores da Educação Básica**. Universidade Federal do Piauí, v.10, n. 1, p. 13-27, jan./jun. 2022.

REGADAS. Anna Beatriz Pereira Mendes. **A importância da afetividade entre professor e aluno diante do processo de inclusão educacional**. Trabalho de Conclusão de Curso. UFPB. 2022.

SANTOS. Daniela Carvalho dos; VOLTARELLI. Pâmela de Albuquerque; SANTOS. Danielle Aparecida dos Nascimento. A importância da Educação Inclusiva para o desenvolvimento dos estudantes público-alvo da educação especial. **Colloquium Humanarum**. vol. 13, n. Especial, Jul–Dez, 2016, p. 59-64. DOI: 10.5747/ch.2016.v13.nesp.00081.

SILVA. Allyne Sandra Daniel da; ALMEIDA. Fernando Emílio Leite de. **Educação Especial e Inclusiva: o papel da família no processo de escolarização da pessoa com deficiência**. Disponível em: <https://repositorio.ifpe.edu.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/783/Educa%C3%A7%C3%A3o%20especial%20e%20inclusiva%20-%20o%20papel%20da%20fam%C3%A9lia%20no%20processo%20de%20escolariza%C3%A7%C3%A3o%20da%20pessoa%20com%20defici%C3%Aancia.pdf?sequence=1&isAllowed=y> Acesso em 14 maio 2024.

SILVA. Anaíza Furtado da; ARAÚJO. Lilian Cristina Santos. **Acesso e permanência universitária: a política de apoio estudantil aos discentes com deficiência da Universidade Federal do Pará**. Disponível em: http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2019/images/trabalhos/trabalho_submissao_id_953_9535cca25f787e8a.pdf Acesso em 08 set 2024.

UCHOA. Roberto Ribeiro. A acolhida de pessoas com deficiência no ensino regular. **Anais...** Congresso Internacional das Faculdades Est, 2., 2014, São Leopoldo. Anais do Congresso Internacional da Faculdades EST. São Leopoldo: EST, v. 2, 2014.